

Sumário

Sobre os Autores	5
-------------------------------	---

Apresentação	7
---------------------------	---

Parte I **Noções gerais**

1.	Direito e processo	21
1.1.	Direito material e direito processual	21
1.2.	Posições jurídicas	22
1.3.	Crises efetivas e ameaças de crises na realização do direito material: a negativa de vinculação à ordem jurídica e os desacordos interpretativos	25
1.4.	Formas de solução dessas crises: do processo estatal à justiça multiportas, do processo individual ao processo coletivo e à coletivização	25
2.	Fontes do processo civil	27
2.1.	Dos dispositivos às normas, das normas ao sistema	27
2.2.	Da Constituição às leis e às decisões judiciais, dos precedentes à jurisprudência	28
3.	Processo civil e suas relações com o direito e com outros ramos do conhecimento humano	30

3.1.	O isolamento do processo civil: do isolamento jurídico ao isolamento científico	31
3.2.	A abertura para o direito material e para a realidade social ...	32
3.3.	O reconhecimento de sua dimensão constitucional e convencional	32
3.4.	A abertura para a teoria do direito e para a filosofia do direito...	33
3.5.	Para além das fronteiras do direito: da epistemologia à filosofia, da economia à psicologia, da informática à inteligência artificial	34

Parte II

Do processo civil clássico ao novo processo civil: o compromisso com os direitos fundamentais e com a tutela dos direitos

1.	O Código Buzaid	37
2.	Ideologia e processo civil	39
3.	A distorção da fisionomia da ação cautelar inominada em nome da efetiva tutela dos direitos	43
4.	Os momentos teóricos que propiciaram a transformação do processo civil	45
4.1.	Tutela antecipatória: a dissociação entre tutela do direito e coisa julgada e a quebra da regra da <i>nulla executio sine titulo</i>	45
4.2.	A técnica antecipatória e a distribuição do ônus do tempo do processo	47
4.3.	O desenvolvimento da teoria da tutela contra o ilícito (tutela inibitória e tutela de remoção do ilícito): a distinção entre ato contrário ao direito e dano e o delineamento do processo civil de natureza preventiva	49
4.4.	A tutela específica do direito material e a sua correlação com a técnica processual adequada. As tutelas dos direitos, a legitimidade do uso da técnica processual, a quebra do princípio da tipicidade dos meios de execução e a unificação entre conhecimento e execução	51
4.5.	Das “tutelas jurisdicionais diferenciadas” à “construção da ação adequada ao caso concreto”	53

4.6.	O “critério da adequada proteção dos direitos fundamentais processuais” como meio para a análise crítica do tecido normativo	57
4.7.	Os precedentes obrigatórios.....	58
4.8.	A teoria da tutela dos direitos	62
4.9.	O processo civil do Estado Constitucional	67

Parte III

Os institutos e as normas fundamentais do processo civil no Estado constitucional

Capítulo 1 •	Jurisdição	73
1.1.	A jurisdição nas teorias clássicas	73
1.2.	A ideia de pacificação social	75
1.3.	O constitucionalismo, a evolução da teoria da interpretação e a dissociação entre texto e norma jurídica	76
1.4.	Significado da norma jurídica editada pelo juiz.....	79
1.5.	A justificativa da norma “judicial”	81
1.6.	Legitimidade da norma “judicial”, em especial da que afirma direitos fundamentais	84
1.7.	Da emissão da norma do caso concreto à tutela do direito	88
1.8.	Jurisdição ordinária e jurisdição das Cortes Supremas	90
1.9.	Justificativa de uma jurisdição de precedentes	97
1.10.	O problema da jurisdição exercida mediante duplo grau obrigatório. A necessidade de juízos únicos.....	100
1.11.	A necessidade de se pensar a atividade jurisdicional em sua dimensão pamprocessual	103
1.12.	Tentativas de limitação do papel interpretativo da jurisdição	105
1.13.	Competência	106
1.14.	Determinação e modificação da competência	108
Capítulo 2 •	Ação	113
2.1.	A ação na história das doutrinas.....	113
2.2.	A ação no Código de 2015.....	117

2.3.	Direito fundamental de ação	120
2.3.1.	Direito fundamental à tutela jurisdicional efetiva	120
2.3.2.	O conteúdo do direito fundamental de ação	122
2.3.3.	A ação em perspectiva dinâmica.....	126
2.3.4.	Direito fundamental de ação como direito às técnicas processuais idôneas ao alcance das tutelas prometidas pelo direito substancial.....	127
2.4.	O direito fundamental de ação mediante a concretização de cláusulas abertas: o direito à construção da ação adequada ao caso concreto ...	130
2.4.1.	A ação diante do escopo de tutela dos direitos.....	130
2.4.2.	As tutelas jurisdicionais dos direitos	131
2.4.3.	A influência da tutela do direito sobre a ação	139
2.4.4.	Direito à participação, limitação da alegação e tutela do direito	141
2.4.5.	Técnica processual, realidade social e tutela dos direitos	144
2.4.6.	O direito à construção da ação adequada ao caso concreto ...	146
2.4.7.	Legitimidade da construção da ação segundo a tutela jurisdicional do direito	148
Capítulo 3 •	Defesa	151
3.1.	Defesa e jurisdição	151
3.2.	Defesa, tutela do direito e acesso à Justiça	151
3.3.	Defesa como direito de influir sobre o convencimento do juiz.....	152
3.4.	Direito às técnicas processuais idôneas à defesa efetiva.....	152
3.5.	Restrição às alegações de defesa	153
3.6.	Defesa e procedimentos que limitam a produção da prova.....	154
3.7.	Defesa e restrição do duplo juízo sobre o mérito	155
3.8.	Defesa e princípio da concentração do poder executivo do juiz.....	156
3.9.	Defesa <i>versus</i> ação diante do legislador e no caso concreto	157
Capítulo 4 •	Processo	161
4.1.	Da ideia de contrato à relação jurídica processual	161
4.2.	A crise da relação jurídica processual	163
4.3.	Processo e procedimento.....	164
4.4.	O processo no Estado constitucional.....	166

4.5. Os ditos pressupostos processuais de constituição e de validade do processo	168
4.6. Os pressupostos processuais em Bülow e Chiovenda	168
4.7. Os ditos pressupostos processuais não podem ser vistos como requisitos para a existência do processo e para o julgamento do mérito	168
Capítulo 5 • As normas fundamentais do processo civil.....	171
5.1. Normas fundamentais	171
5.2. Direito à tutela adequada, efetiva e tempestiva.....	172
5.3. Dever de boa-fé.....	177
5.4. Colaboração no processo civil	178
5.5. Direito à igualdade e à paridade de armas.....	182
5.6. Direito ao contraditório	184
5.7. Dever de fundamentação analítica e direito à publicidade do processo	191
Capítulo 6 • Partes e participação no processo.....	193
6.1. Parte no processo civil	193
6.2. Litisconsórcio	194
6.2.1. Litisconsórcio necessário e facultativo	196
6.2.2. Litisconsórcio unitário e simples	197
6.2.3. Regime jurídico do litisconsórcio	197
6.3. Intervenção de terceiros	198
6.3.1. Assistência	198
6.3.2. Denúnciação da lide	200
6.3.3. Chamamento ao processo	202
6.3.4. <i>Amicus curiae</i>	202
6.3.5. Desconsideração de personalidade jurídica	204

Parte IV

A tutela dos direitos no Código de 2015. A unificação das atividades de conhecimento e de execução

Capítulo 1 • Técnica processual e tutela dos direitos	209
Capítulo 2 • Procedimento comum.....	217

Capítulo 3 • Fase postulatória	225
3.1. Petição inicial	225
3.1.1. Requisitos	226
3.1.2. Emenda	239
3.1.3. Indeferimento	240
3.1.4. Improcedência liminar	241
3.1.5. Deferimento	243
3.2. Audiência de conciliação ou de mediação	243
3.3. Atitudes do réu	245
3.3.1. Contestação	247
3.3.2. Reconvenção	252
3.3.3. Revelia	254
3.4. Tutela antecipada, tutela cautelar e tutela da evidência	260
Capítulo 4 • Fase Organizatória	281
4.1. Organização do processo	281
4.2. Julgamento conforme o estado do processo	285
Capítulo 5 • Fase Instrutória	291
5.1. Prova	291
5.1.1. Objeto da prova	292
5.1.2. Direito à prova, dever de prova e regras de privilégio	293
5.1.3. Ônus da prova	295
5.1.4. Fatos afirmados que não dependem de prova	300
5.1.5. Poder probatório do juiz	302
5.1.6. Prova emprestada	303
5.1.7. Fases do procedimento probatório	305
5.1.8. A prova indiciária	307
5.1.9. A prova e a ação inibitória	308
5.1.10. A obtenção antecipada de prova	310
5.2. Provas em espécie	314
5.2.1. Prova oral	314
5.2.1.1. Depoimento pessoal	314
5.2.1.2. Confissão	317

5.2.1.3.	Prova testemunhal.....	323
5.2.2.	Prova documental	328
5.2.2.1.	Definição	328
5.2.2.2.	Incidente de arguição de falsidade documental	338
5.2.2.3.	Exibição de documento ou coisa	340
5.2.3.	Ata notarial	343
5.2.4.	Prova pericial.....	344
5.2.5.	Inspeção judicial.....	349
5.3.	Audiência de instrução e julgamento	350
Capítulo 6 •	Fase Decisória.....	353
6.1.	Sentença	353
6.1.1.	Conceito e função	353
6.1.2.	Sentença, decisão e justificção	357
6.1.3.	Elementos essenciais	359
6.1.4.	Congruência, pertinência e preclusão	367
6.1.5.	Classificação	371
6.2.	Técnica processual e tutela dos direitos	385
6.2.1.	Tutela específica	389
6.2.2.	Tutela inibitória, tutela de remoção do ilícito e tutela reparatória	391
Capítulo 7 •	Fase de Cumprimento.....	411
7.1.	Efetivação das decisões judiciais mediante cumprimento de sentença. As sentenças que dependem de cumprimento e a atividade de execução.....	411
7.1.1.	Cumprimento de sentença, execução e sentença condenatória	411
7.1.2.	A regra da <i>nulla executio sine titulo</i>	411
7.1.3.	Tipicidade e atipicidade das técnicas executivas.....	413
7.2.	Princípios fundamentais da execução	418
7.3.	Formas de execução e de cumprimento de títulos judiciais	427
7.3.1.	Execução direta e execução indireta.....	428
7.3.2.	Execução frutífera e execução infrutífera.....	428
7.3.3.	Cumprimento fundado em título definitivo e cumprimento fundado em título provisório.....	429

7.3.4. Execução mediante o constrangimento da vontade do devedor	431
7.3.5. Execução independentemente da vontade do devedor	442
7.4. Títulos executivos judiciais.....	448
7.4.1. Requisitos da obrigação a executar	454
7.5. Liquidação da obrigação	456
7.6. Procedimento de cumprimento de sentença	463
7.6.1. Partes e terceiros	464
7.6.2. Competência	466
7.6.3. Os efeitos do início do cumprimento	467
7.7. Cumprimento de sentença que impõe um fazer ou não fazer	467
7.8. Cumprimento de sentença que impõe obrigação de prestar declaração de vontade	474
7.9. Cumprimento de sentença que impõe a entrega de coisa	476
7.10. Cumprimento de sentença que impõe pagamento de quantia certa.....	480
7.11. Suspensão e extinção do cumprimento de sentença	520
7.12. Execuções especiais	521
7.12.1. Cumprimento de sentença que impõe prestação alimentícia....	522
7.12.2. Cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública.....	525
7.12.3. Ação de execução fundada em título executivo extrajudicial ...	527
7.12.3.1. Ação de execução	527
7.12.3.2. Ação de execução visando à realização de prestação de pagar quantia	532
7.12.3.3. Ação de execução visando à realização de prestações de fazer, não fazer e entrega de coisa	537
7.12.3.4. Ação de execução visando à realização de prestação alimentícia	543
7.12.3.5. Ação de execução contra a Fazenda Pública	544
7.12.3.6. A defesa no processo de execução. Os embargos do executado.....	546
Capítulo 8 • Fase Recursal	555
8.1. Recursos	555
8.1.1. Conceito	555

8.1.2. Classificação	557
8.1.3. Normas fundamentais.....	560
8.1.4. Juízo de admissibilidade e juízo de mérito	566
8.1.5. Efeitos.....	572
8.2. Recursos em espécie	577
8.2.1. Apelação.....	577
8.2.2. Agravo de instrumento.....	583
8.2.3. Agravo interno	586
8.2.4. Embargos de declaração	588
8.2.5. Recurso ordinário.....	592
8.2.6. Recurso extraordinário e recurso especial	593
8.2.7. Agravo em recurso extraordinário e em recurso especial	607
8.2.8. Embargos de divergência	609
Capítulo 9 • Processo nos Tribunais	613
9.1. Precedentes.....	613
9.2. Ordem dos processos nos tribunais.....	625
9.3. Incidentes recursais	628
9.3.1. Incidente de assunção de competência	628
9.3.2. Incidente de resolução de demandas repetitivas	634
9.4. Ação rescisória.....	643
Capítulo 10 • Coisa Julgada	659
10.1. Conceito	659
10.2. Limites	661
10.3. Eficácia.....	667
10.4. Relativização da coisa julgada	669
Referências Bibliográficas	673
Obras dos Autores	679